

# Diferenciação Regional da Geração de Empregos Formais no Brasil no Quadriênio 2003/2006<sup>1</sup>

## **Rafael Cezar Barros**

- Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ);
- Mestrando da Universidade de Picardia, França.

## **João Sabóia**

- Professor titular e diretor-geral do IE/UFRJ;

## **Lucia Silva Kubrusly**

- Doutora e professora adjunta do IE/UFRJ;
- Especialista em técnicas de estatística multivariada e suas aplicações em economia.

## **Resumo**

---

Faz uma análise dos empregos formais gerados no Brasil no quadriênio 2003/2006. Desenvolve uma discussão sobre o desempenho do mercado de trabalho a partir da década de noventa, quando ocorreram grandes modificações na economia do país. Analisa a geração de empregos no período recente, do ponto de vista das unidades da federação e das mesorregiões brasileiras. Para estas últimas, constrói um índice que permite ordená-las segundo a qualidade do emprego gerado localmente. Os resultados do trabalho mostram que a maior parte do emprego com carteira de trabalho assinada está sendo gerada nas mesorregiões das capitais, estando concentrada, majoritariamente, no setor de serviços e comércio. A indústria está se deslocando para fora dos grandes aglomerados urbanos em direção às cidades no interior, confirmando tendência que já vinha sendo verificada pelo menos desde a década de noventa. Essa desconcentração, entretanto, está ocorrendo principalmente para o interior dos estados mais desenvolvidos, ou seja, no eixo Sul/Sudeste. Outro resultado importante do artigo é a constatação da existência de correlação positiva entre a quantidade e a qualidade do emprego. Em outras palavras, quanto maior o tamanho do mercado de trabalho local, melhor é a qualidade do emprego gerado.

## **Palavras-chave:**

---

Emprego Formal; Emprego Regional; Qualidade do Emprego.

---

<sup>1</sup> A preparação do artigo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

## 1 – INTRODUÇÃO

O desempenho do mercado de trabalho no Brasil na década de 1990 foi bastante insatisfatório. A taxa de desemprego medida pela antiga metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), tendo como referência a busca por trabalho no período de trinta dias, começou a década de noventa em 4,7% e terminou próxima do dobro – 8,3%<sup>2</sup>. As transformações sofridas pelo mercado de trabalho durante a década passada resultaram de um cenário macroeconômico conturbado, de mudanças na condução das políticas públicas e de avanços tecnológicos. Acompanhando o aumento da taxa de desocupação, a precarização do emprego também aumentou, principalmente nas grandes metrópoles. O emprego fora dos moldes estipulados pelas leis trabalhistas proliferou, o que gerou a redução relativa dos contratos formais de trabalho e fez aumentar uma imensa classe à margem da proteção social oferecida pelo Estado brasileiro.

Por outro lado, no que se refere à dinâmica espacial do emprego no país, a desconcentração industrial – iniciada na segunda metade da década de setenta – acelerou-se e levou a indústria brasileira para fora dos grandes centros urbanos, principalmente da região metropolitana do Rio de Janeiro e de São Paulo. A dinâmica de mudança espacial da indústria teve como foco cidades interioranas do país, elegendo, no entanto, os centros urbanos do interior de estados já desenvolvidos, como São Paulo e as demais unidades da federação das regiões Sul e Sudeste. Essa dinâmica também implicou a deterioração do emprego nas regiões metropolitanas, à medida que o emprego na indústria – que mantém grande parte de seus trabalhadores na formalidade – foi substituído, ao longo da década, por empregos em setores com maior participação de trabalhadores informais, como serviços e comércio.

A passagem para a primeira década do século XXI não inverteu a herança da década passada. A taxa de desemprego medida pela PME continuou elevada, e fechou 2002 em 7,9%. A participação do

emprego informal nas grandes metrópoles continuou em ascensão. A média de empregos formais gerados no triênio 2000 a 2002 foi de 650 mil, e o ano de 2003 confirmou a tendência dos anos anteriores, gerando 645 mil empregos. Porém, já a partir de 2004, a quantidade de empregos formais gerados mais que dobrou, chegando a 1,5 milhão de novos empregos com carteira assinada e essa tendência foi confirmada nos anos seguintes. Dessa forma, o quadriênio compreendido entre os anos de 2003 e 2006 registrou uma alta criação de empregos com carteira de trabalho assinada – 4,65 milhões.

Neste contexto, o principal objetivo do trabalho é discutir a distribuição espacial e setorial da geração de empregos formais ocorrida no quadriênio compreendido pelos anos 2003 a 2006 e verificar até que ponto esse período ter-se-ia diferenciado dos anos anteriores. Um segundo objetivo do trabalho é analisar as diferenças regionais existentes nesses novos empregos gerados. Como cortes espaciais, são utilizadas informações sobre as unidades da federação e as 137 mesorregiões do país.

A análise se restringirá aos dados referentes ao emprego com carteira de trabalho assinada. A fonte de dados utilizada será o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a partir de informações sobre as admissões e desligamentos ocorridos nas empresas com CNPJ durante o período.

Este artigo contém, além desta introdução, mais 5 seções. Na seção 2, apresenta-se uma análise do mercado de trabalho, no que se refere à formalidade e desempenho na década de noventa e início da década atual. Na seção 3, apresenta-se a metodologia adotada nas seções subseqüentes. As seções 4 e 5 analisam o fenômeno da geração de empregos, a primeira, do ponto de vista da quantidade, e a segunda, do ponto de vista da qualidade. Para analisar a qualidade dos postos de trabalho gerados, é utilizado um índice baseado em informações sobre a remuneração e escolaridade dos trabalhadores, assim como a participação de trabalhadores das profissões técnicas e científicas no mercado de trabalho local. Na seção 6, estão as principais conclusões do trabalho.

2 Esse valor é referente à taxa média do ano de 1999. O valor utilizado para o início da década refere-se à média registrada para o ano de 1990.

## 2 – FORMALIDADE, INFORMALIDADE E DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DOS ANOS NOVENTA

Com as informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podem-se distinguir três grandes categorias entre a População Economicamente Ativa (PEA)<sup>3</sup>: os empregadores, os empregados e os trabalhadores autônomos. Dentre os empregados, distinguem-se dois grandes grupos: os formais (com carteira assinada) e os informais (sem carteira assinada). Os trabalhadores autônomos são constituídos tanto por profissionais liberais quanto por uma gama de trabalhadores sem nenhum amparo e proteção legal. Devido à sua própria natureza e ao fato de a maioria dos trabalhadores autônomos não estar amparada pelas leis trabalhistas, essa categoria costuma integrar os dados do setor informal da economia. Já o emprego formal é aquele que atende aos moldes legais. No Brasil, é representado principalmente pela carteira de trabalho assinada<sup>4</sup>.

Ao longo da década de 1990, houve grande deterioração do mercado de trabalho, que foi acompanhada pela crescente participação dos trabalhadores informais no total dos ocupados<sup>5</sup>. Esta tendência foi apontada por diversos trabalhos, tornando-se lugar comum na literatura sobre o mercado de trabalho no Brasil. Tais estudos se valeram, em sua maioria, pelos dados oferecidos pelo IBGE em sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME) ou na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elas apontaram para uma queda quase ininterrupta da participação dos trabalhadores formais, enquanto registrou um crescimento da participação de trabalhadores à margem da CLT e dos trabalhadores autônomos.

3 O IBGE define a PEA como a mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a soma da população ocupada com a população desocupada/desempregada.

4 O regime dos funcionários públicos estatutários e o dos militares são regidos por outras leis que não a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas estes trabalhadores integram o setor formal da economia.

5 Tomaremos como trabalhadores informais os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.

Ramos e Ferreira (2005) observaram que o padrão da expansão do emprego formal, especialmente no caso da indústria, teve um comportamento muito desfavorável durante a década de noventa, com ligeira recuperação nos três anos posteriores a 1998. No triênio compreendido entre 1995 e 1997, houve uma pequena expansão do emprego total de 1,3% ao ano, em média, e uma redução do nível de empregos protegidos na indústria, com a destruição de cerca de 300 mil postos de trabalho no setor, segundo dados da RAIS. Sem dúvida, esse fraco comportamento do mercado de trabalho durante o período agravou o fenômeno da informalidade, concluem os autores, que já vinha ganhando força desde o início da década de 1990.

Embora aponte como característica da década de noventa o crescimento da informalidade, Ramos (2002) mostra que o incremento da participação dos informais está associado às mudanças ocorridas na estrutura ocupacional metropolitana: com a mudança setorial dos trabalhadores industriais – setor caracterizado pelo alto grau de formalização – para o setor de serviços, que é conhecido por manter grande parte da força de trabalho na informalidade. O aumento da informalidade estaria vinculado à diminuição da participação do emprego industrial no total de emprego e ao aumento do setor de serviços. A primeira razão estaria ligada, em alguma medida, à abertura comercial e ao regime cambial exercido durante os anos 1990. Já a segunda razão seria explicada, em parte, pelo próprio aumento do processo de terceirização ocorrido na indústria ao longo da década.

Muito embora a argumentação seja consistente, ela explicaria o incremento da informalidade apenas nas regiões metropolitanas, principalmente nas seis que são cobertas pela PME – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Isso é verdadeiro tanto pela utilização da PME como fonte de dados pela maioria das análises sobre o crescimento do setor informal, quanto pelo próprio trabalho de Ramos sobre as regiões metropolitanas, citado acima.

Segundo autores, como Tafner (2006), o comportamento do aumento da informalidade no Brasil durante a década de noventa, tanto em âmbito setorial

quanto espacial, apresentou padrão muito heterogêneo. Houve uma grande diferença entre a área metropolitana e a não-metropolitana, pois, enquanto a participação de empregos informais cresceu nas metrópoles, principalmente naquelas cobertas pela PME, o oposto foi verificado nas áreas não-metropolitanas, onde essa participação teria diminuído.

Ramos e Ferreira (2005) analisaram o comportamento heterogêneo do emprego na indústria no período 1992/2002, que engloba a maior parte da década de noventa. Segundo dados da PNAD, o saldo líquido do emprego industrial metropolitano no período foi negativo, ou seja, houve destruição de quase 211 mil postos. A situação ainda foi pior no caso de se considerarem apenas as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, com destruição de 324 mil empregos. Já no Brasil não-metropolitano, a indústria apresentou um comportamento oposto, tendo havido geração de 1,116 milhão de empregos<sup>6</sup>. Se levada em conta a participação no emprego industrial, houve uma contração de 5,8% nas regiões metropolitanas e um incremento de 8,1% nas áreas urbanas não-metropolitanas.

## 2.1 – A Localização do Emprego Industrial

Sem dúvida, um dos fatos mais marcantes no desempenho da dinâmica espacial do mercado de trabalho brasileiro a partir da década de noventa é a diminuição do emprego industrial nas metrópoles em comparação com os centros urbanos localizados no interior do país. No lugar do emprego industrial, as capitais estão vendo os empregos nos setores de serviço e do comércio aumentar. Essa dinâmica é responsável pelo aumento da participação do trabalho informal nas metrópoles, à medida que o grau de formalização do emprego no setor industrial, em comparação com os setores de serviço e comércio, é bem mais elevado. Desta forma, a reorganização industrial no Brasil seria diretamente responsável por importantes mudanças no mercado de trabalho regional.

<sup>6</sup> Segundo os autores, o desempenho das áreas urbanas não-metropolitanas foi ainda melhor, com geração líquida de 1,361 milhão de empregos. Isso ocorreu pelo resultado negativo nas áreas rurais.

Até a década de setenta, o processo de desenvolvimento econômico no Brasil era concentrado em algumas poucas regiões e estados, o que gerou também uma grande concentração da renda e da produção. No período de auge da concentração, o Estado de São Paulo, que abrigava 19% da população brasileira, era responsável por 39% da renda nacional. O Estado do Rio de Janeiro tinha 9% da população e 16% da renda. Esse processo foi liderado pela indústria em algumas áreas metropolitanas – a cidade de São Paulo e sua área metropolitana, por exemplo, respondiam por 24% e 34%, respectivamente, da produção industrial brasileira. A participação da região metropolitana fluminense na renda nacional era de 8%. Já a partir do milagre econômico brasileiro, essa concentração começou a diminuir. Durante a década de oitenta, apesar do pequeno crescimento econômico, esse processo de desconcentração continuou ao ritmo da década anterior, tendo o emprego industrial atingido 6,3 milhões em 1991 (no início da década de oitenta totalizava 5 milhões) e o número de áreas industriais no Brasil com mais de 10 mil empregos saltou de 33 em 1970 para 76 em 1980 e 90 em 1991. (DINIZ; CROCCO, 1996).

Na década de noventa, a indústria passou por fortes transformações que fizeram diminuir o número de empregos industriais e aceleraram o processo de desconcentração e mudança espacial no setor. Dois fatores foram essenciais durante o período para acentuar essas transformações. Um deles foi a abertura econômica ocorrida durante a década, iniciada no governo Collor. Ela obrigou a indústria a se modernizar devido, principalmente, ao aumento da concorrência externa. Essa modernização resultou em aumento da produtividade, através da aquisição de novas máquinas e tecnologias. Esse processo, somado ao baixo crescimento econômico, fez o emprego se reduzir, principalmente, nos centros mais desenvolvidos do país. Um segundo fator impulsionador das transformações nos anos noventa foi a guerra fiscal ocorrida entre as diversas regiões, que, juntamente com as diferenças salariais já existentes, atraiu investimentos industriais para os mais distintos estados e regiões do país.

Saboia (2001) verificou, a partir dos dados da RAIS, que o emprego industrial caiu 25% entre 1989

e 1999, e que essa queda foi acentuada na região mais desenvolvida do país – Sudeste –, com destruição de 34,8% dos postos. A região Sul reduziu em 6% e a Nordeste destruiu 17% dos empregos na indústria. Ainda segundo o autor, o estado que mais perdeu emprego na indústria foi o Rio de Janeiro (47,6%)<sup>7</sup>, seguido pelo Amazonas (47,6%), Pernambuco (43,2%) e São Paulo (38,3%). As duas únicas exceções no eixo Sul/Sudeste que não tiveram diminuição no total de empregos na indústria foram os Estados do Paraná e do Espírito Santo, com crescimento de 11,6% e 7,5%, respectivamente. O Estado do Ceará foi muito beneficiado durante a década, junto com a região Centro-Oeste, recebendo parte do emprego dos setores tradicionais.

Essa realocação do emprego industrial durante a década de noventa é confirmada por Azevedo e Toneto Junior (2001). Segundo Azevedo e Toneto Junior (2001), o padrão de reorganização do emprego é diferente do observado a partir da segunda metade da década de setenta<sup>8</sup>, sendo a realocação privada dos investimentos em busca principalmente de menores custos o principal fator da nova organização da produção industrial. Desta forma, as indústrias intensivas em mão-de-obra migraram para regiões onde o custo do trabalho era inferior ao da média nacional. Empresas intensivas em matérias-primas migraram para regiões onde os recursos naturais eram mais abundantes e baratos. Já os setores intensivos em capital e mão-de-obra especializada continuaram no eixo Sul/Sudeste, sendo que o Estado de São Paulo perdeu parte de sua participação para os demais estados do eixo, principalmente nos setores de metalurgia e mecânica. Os autores não descartam também a importância dos estados e regiões nessa dinâmica. Eles enfatizam a luta por novos investimentos travada pelos governos na chamada guerra fiscal.

Diniz e Crocco (1996) ainda enfatizam a importância da criação do Mercosul na dinâmica da nova

organização espacial do emprego industrial. O bloco veio atrair no sul, até o noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, novas áreas industriais em cidades de médio porte e com uma grande integração tanto industrial quanto comercial, inter e intra-regional.

No que diz respeito ao período compreendido entre os anos de 2000 e 2004, Saboia (2005) constatou que, das cinquenta microrregiões brasileiras que mais geraram empregos industriais com carteira de trabalho assinada, apenas dez eram capitais. Esse número ainda é mais expressivo, se adicionado à concentração existente na geração de empregos formais. Essas cinquenta microrregiões (que correspondem a cerca de 9% do total) foram responsáveis por quase 60% do total dos empregos criados no período. O autor também verificou que, apesar do êxodo para localidades fora dos aglomerados metropolitanos, houve ainda grande concentração da geração de empregos protegidos na indústria nas regiões Sul e Sudeste do país, principalmente no Estado de São Paulo. Dentre aquelas cinquenta microrregiões, 41 se localizam nessas duas regiões, sendo 19 em São Paulo.

Desta forma, o quadro apresentado no início da década de 2000 é de uma realocação do emprego industrial para fora dos seus antigos grandes eixos de geração – as grandes áreas metropolitanas, principalmente a de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Os principais fatores que causam essas transformações são a abertura comercial, a mudança na orientação do Estado como não mais o principal agente propulsor do crescimento econômico, a criação do Mercosul e as novas mudanças tecnológicas. Esses fatores, apesar de agirem de formas diferentes, redirecionaram a indústria para centros urbanos interioranos, principalmente nos estados do eixo Sul/Sudeste, onde se localizam hoje os novos pólos dinâmicos de criação de empregos industriais. Há ainda um importante deslocamento para o Centro-Oeste, especialmente através da agroindústria, que segue atrás da nova fronteira agrícola.

### 3 – A METODOLOGIA UTILIZADA

Conforme mencionado na introdução, os principais resultados desse artigo estão apresentados

7 O caso do Rio de Janeiro, entretanto, é muito diferente dos demais. O Estado vinha sofrendo um processo de desindustrialização desde a década de 1970, enquanto os outros estados sofreram diretamente o processo descrito acima de modernização industrial somado a um baixo crescimento econômico.

8 Durante este período, o padrão de desconcentração econômico do país era impulsionado pelo Estado. Um grande exemplo dessa liderança foi o Pólo Petroquímico de Camaçari.

nas duas seções subseqüentes. A seção 4 trata da geração de empregos formais durante o quadriênio estudado (2003/2006), enquanto na seção 5, analisam-se os dados referentes às características dos postos de trabalho criados para se estabelecer um índice de qualidade do emprego.

Para o estudo da geração de empregos formais, são utilizados os saldos entre admitidos e desligados fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) para análise dos estados e das 137 mesorregiões do Brasil. O objetivo é encontrar os pólos regionais onde houve maior crescimento líquido do número de empregos formais no país.

Já na seção 5<sup>9</sup>, faz-se uma análise dos dados dos trabalhadores admitidos, uma vez que o objetivo é estudar e diferenciar os empregos oferecidos. Esta análise é mesorregional, para melhor detalhar as diferenças regionais existentes tanto inter como intra-estaduais e regionais. Foram selecionadas três variáveis para expressar o conceito de desenvolvimento regional: a remuneração auferida pelos trabalhadores, o número de anos de estudos e o percentual de trabalhadores técnicos e científicos entre os admitidos. A partir daí, é criado um índice, conforme Kubrusly (2001), que permite ordenar as mesorregiões quanto à qualidade dos empregos oferecidos. Esse índice é obtido por uma combinação linear das três variáveis selecionadas, fornecendo uma média ponderada que caracteriza cada mesorregião, conforme a descrição abaixo:

Seja um conjunto de  $n$  objetos  $O_1, \dots, O_n$  que se deseja ordenar, segundo um conjunto de  $p$  variáveis:  $X_1, \dots, X_p$ .

A cada objeto  $O_i$ , associamos um valor

$$l_i = p_1 X_{i1} + p_2 X_{i2} + \dots + p_p X_{ip}.$$

Onde  $X_{i1}, X_{i2}, \dots, X_{ip}$  são os valores das variáveis observadas para  $O_i$

$p_1, p_2, \dots, p_p$  são os pesos das variáveis.

9 A segunda parte deste trabalho utilizou como base metodológica e inspiração o trabalho: Saboia; Kubrusly e Barros (2006).

O problema consiste em se determinarem esses pesos. No método da Análise de Componentes Principais (ACP) (JOHNSON; WICHERN, 1992) a primeira componente  $C_1$  é uma combinação linear das variáveis, calculada de tal modo que tenha a maior variância possível<sup>10</sup>. Por isso, é adotado esse método para construção do índice.

$$C_1 = l_i = a_1 X_{i1} + a_2 X_{i2} + \dots + a_p X_{ip}, \text{ onde } i = 1, \dots, n, \text{ referem-se aos objetos que serão ordenados.}$$

Na aplicação deste trabalho, como já foi explicado, as variáveis escolhidas são a remuneração, a escolaridade e o percentual de trabalhadores técnicos e científicos. Os objetos são as mesorregiões brasileiras. Portanto, o índice fornecerá a ordenação calculando uma média ponderada das três variáveis para cada mesorregião.

O uso da primeira componente principal para o índice assegura:

- Maiores pesos associados às variáveis que mais contribuem para a variância dos dados;
- Índice calculado com média zero e desvio-padrão unitário.

Desta forma, as mesorregiões com valores para o índice perto de zero devem ser interpretadas como intermediárias, ou seja, suas variáveis estão próximas da média nacional. Valores positivos significam que as regiões estão acima da média, sendo que índice igual a um significa que as variáveis estão, em média, um desvio-padrão acima da média encontrada, e assim por diante. O mesmo é válido para valores abaixo de zero.

## 4 – A GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS – 2003/2006

A partir de 1999, o ritmo da criação de emprego com carteira de trabalho assinada foi muito mais

10 Ao trabalhar com um índice como uma combinação linear das variáveis, é desejável que este tenha a maior variância possível. Uma vez que ela traduz as informações contidas numa variável, máxima variância indica que a combinação contém a maior quantidade de informações dessas variáveis.

intenso. A média de crescimento anual até 2002 chegou a 4,3% para o total de empregos, com recuperação da indústria, que cresceu 3,9% em média, segundo dados da Rais. Os dados do Caged, por outro lado, também confirmam o aumento do nível de emprego formal na década de 2000, registrando crescimento, para o conjunto da economia, de 3,2%, 2,7% e 3,6%, respectivamente, em 2000, 2001 e 2002, com criação de dois milhões de empregos no triênio, ou seja, uma média de 670 mil novos postos criados ao ano. Nesse período, o setor de serviços foi o que mais abriu vagas, seguido pelo comércio, sendo responsáveis, respectivamente, por 47% e 30% do total de empregos gerados.

Os quatro anos compreendidos de 2003 e 2006 tiveram um bom desempenho para o mercado de trabalho formal no Brasil. Segundo dados do Caged, o total de empregos com carteira assinada gerados no período foi de 4.647.675 em todo o território nacional. Há uma característica marcante que consiste no comportamento extremamente favorável no saldo da criação de empregos formais nos três últimos anos do quadriênio, relativamente ao ano de 2003. Esse último seguiu a tendência apresentada pelos três anos que o antecederam (2000, 2001 e 2002), com criação líquida de 645 mil empregos. No ano seguinte, porém, o número de empregos criados passa para mais que o dobro da média registrada nos quatro anos a partir de 2000 e esse cenário positivo se manteve até o final do período analisado. Em números, a criação de empregos celetistas registrada foi de 1.521.276, 1.253.981 e 1.228.686 em 2004, 2005 e 2006, respectivamente.

Os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) seguem a mesma tendência de pesquisas feitas pelo IBGE. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que cobre a evolução do emprego tanto formal quanto informal em seis importantes regiões metropolitanas do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife – confirma o crescimento do emprego. A taxa de desemprego medida por essa pesquisa, já com nova metodologia, em 2002, foi de 11,7%. Já em 2005, a taxa média de desemprego caiu para 9,8% e, no último ano analisado, 2006, ficou em 9,9%.

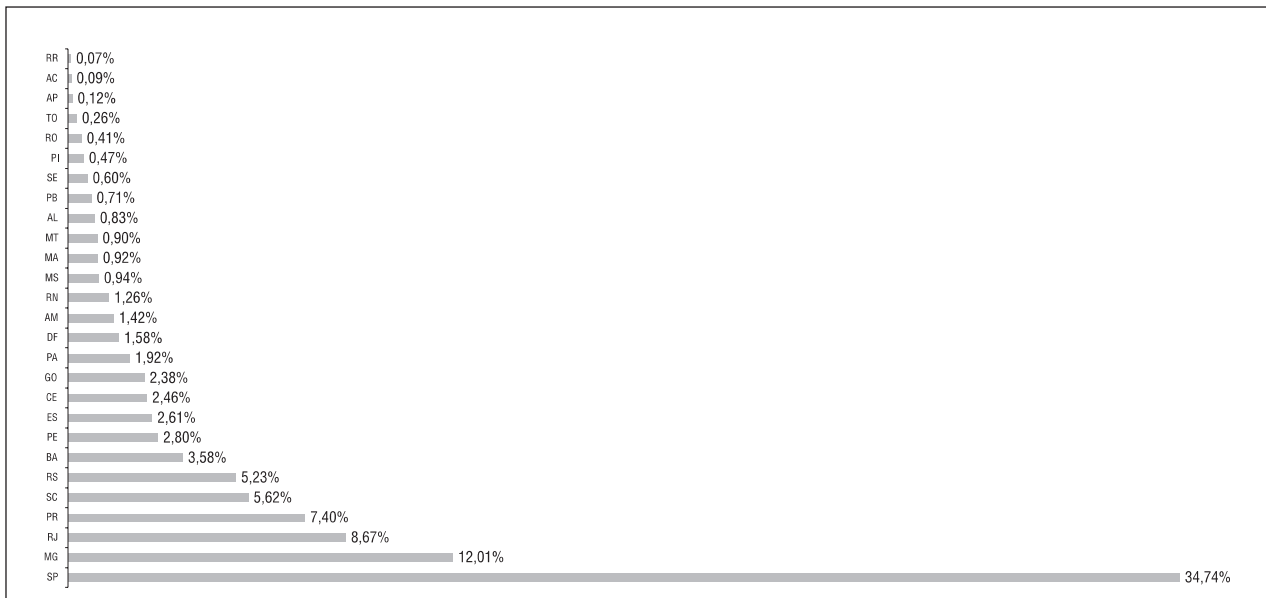
Cardoso Junior (2007), em recente trabalho sobre a recuperação do emprego no Brasil, enumera seis possíveis razões que explicariam a forte recuperação passada pelo mercado de trabalho formal a partir de 2004, quando, como visto, a geração de novos postos dobrou em relação ao ano de 2003 em um cenário de crescimento econômico não tão favorável. Segundo Cardoso Junior (2007), os fatores que explicariam esse fenômeno seriam a desconcentração do gasto social, o aumento do crédito interno, a diversificação das exportações, a consolidação do regime tributário simples, a melhoria da intermediação da mão-de-obra e a maior fiscalização do trabalho nas empresas.

#### 4.1 – Análise dos Estados

Os resultados indicam que a geração de empregos foi positiva para todos os estados no quadriênio, mas o desequilíbrio na distribuição entre as unidades da federação foi muito grande. Apenas São Paulo foi responsável por 1,6 milhão de novos postos, mais de um terço do total registrado no período. Se considerarmos os cinco estados que mais geraram emprego, estes foram responsáveis por 68,5% do total de empregos com carteira de trabalho assinada criados em toda a economia entre os anos de 2003 e 2006. Dentre eles, São Paulo (34,7%), Minas Gerais (12%), Rio de Janeiro (8,7%), Paraná (7,4%) e Santa Catarina (5,6%). (Ver Gráfico 1).

Também se destacam pela importância na participação nos empregos criados o Rio Grande do Sul (5,2%), Bahia (3,6%), Pernambuco (2,8%), Espírito Santo (2,6%), Ceará (2,5%), Goiás (2,4%), Pará (1,9%), Distrito Federal (1,6%), Amazonas (1,4%) e Rio Grande do Norte (1,3%). Os outros doze estados tiveram participações inferiores a 1% cada, sendo que os três com menor participação – Amapá, Acre e Roraima – representaram cada um 0,1% do total de empregos celetistas criados no país, que, em números absolutos, equivalem a menos de 5 mil novos empregos.

Considerando a geração de empregos nos setores da economia, a distribuição no Estado de São Paulo foi muito parecida com a verificada para o conjunto do país. Isso se deve ao grande peso que



**Gráfico 1 – Distribuição da Geração de Emprego Formal por Estado – 2003/2006**

Fonte: CAGED

o Estado teve na criação de empregos. Destaca-se ainda a maior participação do setor de serviços no Estado (44,2%) que no total do país (40%). O setor de serviços em São Paulo perde apenas para o Distrito Federal (57,8%) e o Rio de Janeiro (52,2%). Nos demais estados, as participações desse setor ficam entre 30% e 40%, sendo que, em Tocantins (24,1%), Paraíba (25,6%), Alagoas (22,9%) e Mato Grosso (24,5%), o setor foi responsável por menos de um quarto dos empregos gerados. (Ver Tabela 1).

O setor do comércio tem destaque em Rondônia (51,1%), Acre (65%), Amapá (52,6%) e Piauí (51,6%), estados onde foi responsável por mais da metade dos empregos criados. Os demais estados ficam próximos da média nacional de 29,2%, com exceção do Amazonas, onde o setor representou apenas 15,2% dos novos postos de trabalho.

A geração de emprego industrial (exceto construção) foi quase nula no Acre (0,3%) e teve participação relativamente baixa em Roraima (13,8%), Amapá (14,1%), Tocantins (7,4%), Maranhão (10,6%), Piauí (14,1%), Rio de Janeiro (13%) e no Distrito Federal (5,1%). A excelente *performance* da geração de emprego industrial em Alagoas (61,4%) é surpreendente, estando concentrada na agroindústria do açúcar e álcool. O bom desempenho do Estado do

Amazonas (51,2%), sendo o segundo Estado com maior participação da indústria na criação total de emprego, deve-se à existência da Zona Franca em Manaus. Em termos absolutos, São Paulo gerou 374 mil empregos industriais, seguido por Minas Gerais, com 140 mil novos postos no quadriênio.

A construção civil teve o número de postos de trabalho reduzido em alguns estados no quadriênio: Rondônia (-5%), Amapá (-6,5%), Piauí (-7,4%), Paraíba (-2,9%) e Mato Grosso (-1,6%). Os resultados para o setor foram mais favoráveis em Roraima (16,3%) Tocantins (10,5%), Rio Grande do Norte (16,2%) e no Espírito Santo (10,7%).

A agropecuária tem participação pouco importante em quase todos os estados da federação, sendo sua participação na geração de emprego superior a 10% em apenas dois estados: Tocantins (17,3%) e Mato Grosso (12,8%). No Amazonas e em Alagoas, houve destruição de emprego formal no setor agrícola.

Não foi surpresa encontrar para a construção civil e a agropecuária as menores participações na geração do emprego com carteira de trabalho assinada – ambos são conhecidos por manterem grande parte de seus trabalhadores na informalidade.



**Tabela 1 – Distribuição da Geração de Emprego Formal por Setor e UF – 2003/2006**

	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Agropec.	Total (100%)
Rondônia	12,6	-5,0	51,1	34,6	6,7	18.988
Acre	0,3	3,2	65,0	29,3	2,2	4.188
Amazonas	51,2	4,3	15,2	29,8	-0,5	65.803
Roraima	13,8	16,3	26,8	40,1	3,0	3.291
Pará	23,3	4,5	35,2	29,4	7,6	89.233
Amapá	14,1	-6,5	52,6	38,6	1,2	5.379
Tocantins	7,4	10,5	40,8	24,1	17,3	11.983
Maranhão	10,6	9,9	37,9	39,9	1,7	42.718
Piauí	14,1	-7,4	51,6	41,3	0,3	21.939
Ceará	24,6	4,2	27,9	38,2	5,1	114.287
Rio Grande do Norte	18,0	16,2	30,1	31,1	4,6	58.761
Paraíba	35,9	-2,9	32,3	25,6	9,2	33.195
Pernambuco	26,1	0,2	30,1	40,2	3,4	130.326
Alagoas	61,4	1,1	23,6	22,9	-9,0	38.443
Sergipe	22,9	8,5	26,7	35,7	6,2	27.714
Bahia	25,6	2,6	31,1	37,8	2,9	166.503
Minas Gerais	25,2	6,8	26,3	37,1	4,5	558.249
Espírito Santo	21,1	10,7	29,8	36,2	2,2	121.493
Rio de Janeiro	13,0	4,6	29,1	52,2	1,2	402.975
São Paulo	23,2	2,9	27,6	44,2	2,1	1.614.375
Paraná	30,7	1,6	30,9	32,9	3,9	343.869
Santa Catarina	34,9	1,3	29,0	32,3	2,6	261.316
Rio Grande do Sul	23,5	2,7	33,5	39,6	0,8	243.118
Mato Grosso do Sul	23,3	3,2	35,9	31,6	6,0	43.709
Mato Grosso	17,9	-1,6	46,4	24,5	12,8	41.829
Goiás	31,0	4,4	28,3	31,0	5,2	110.653
Distrito Federal	5,1	8,5	28,5	57,8	0,1	73.338
Brasil	24,3	3,7	29,2	40,0	2,8	4.647.675

Fonte: Caged.

Geração de emprego obtida pelo saldo entre admissões e desligamentos

## 4.2 – Análise das Mesorregiões

A fim de aprofundar a análise regional e melhor identificar onde estão sendo criados os novos empregos com carteira de trabalho assinada no país, passaremos a seguir a examinar o comportamento do emprego nas 137 mesorregiões brasileiras. Desta forma, obteremos um retrato mais detalhado da criação do emprego tanto nas regiões das capitais quanto no interior do país.

Analisando as trinta mesorregiões que geraram mais empregos no período 2003/2006, constata-se que elas foram responsáveis pela criação de 3,465

milhões de empregos formais, que correspondem a 74,5% do total registrado para o Brasil. Dentre elas, 14 correspondem a regiões de capitais estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Vitória, Recife, Brasília, Manaus, Goiânia, Belém e Florianópolis.

Das trinta mesorregiões, quatorze estão localizadas no Sudeste, sendo oito em São Paulo, quatro em Minas Gerais e uma no Rio de Janeiro e Espírito Santo. Outras nove estão localizadas no Sul: quatro em Santa Catarina, três no Paraná e duas no Rio Grande do Sul. As outras sete restantes são regiões

das capitais mencionadas, sendo três localizadas na região Nordeste, duas na região Centro-Oeste e duas na região Norte. Verifica-se assim a predominância das duas regiões (Sul e Sudeste) junto com a maior importância das capitais estaduais na dinâmica da geração de emprego formal.

Como esperado, a mesorregião que mais gerou novos empregos foi a região metropolitana de São

Paulo. Nela, 909 mil novos empregos surgiram entre os anos de 2003 e 2006, o equivalente a 19,5% do total registrado no Brasil. Desse montante, 55% foram gerados no setor de serviços, seguido pelos setores de comércio, indústria, construção civil e a quase inexistente agropecuária, responsáveis respectivamente por 24,3%, 15,7%, 3,4% e 0,1%. (Ver Tabela 2).

**Tabela 2 – As 30 Mesorregiões que Mais Geraram Empregos Formais – 2003/2006**

MESORREGIÃO	UF	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Agropec.	Total (100%)
Metropolitana de São Paulo	SP	15,7	3,4	25,8	54,9	0,1	909.095
Metropolitana do Rio de Janeiro	RJ	10,3	4,1	29,0	56,3	0,3	315.044
Metropolitana de Belo Horizonte	MG	18,6	12,8	21,4	45,7	1,4	268.139
Campinas	SP	32,8	1,1	29,8	34,6	1,7	162.953
Metropolitana de Curitiba	PR	30,0	1,2	30,7	37,6	0,6	130.661
Metropolitana de Porto Alegre	RS	15,8	2,9	34,1	46,7	0,4	121.128
Macrometropolitana paulista	SP	34,2	8,1	25,9	30,6	1,1	108.029
Metropolitana de Salvador	BA	22,6	6,0	23,6	47,7	0,2	93.714
Metropolitana de Fortaleza	CE	22,3	6,6	26,8	43,8	0,4	83.585
Central espírito-santense	ES	16,6	12,5	27,1	41,9	1,8	83.519
Ribeirão Preto	SP	32,6	2,0	37,7	25,5	2,2	79.517
Metropolitana de Recife	PE	15,8	-1,7	31,9	57,2	-3,2	73.527
Distrito Federal	DF	5,1	8,5	28,5	57,8	0,1	73.338
Norte-central paranaense	PR	31,9	0,2	32,4	33,6	2,0	72.134
Vale do Itajaí	SC	43,3	3,0	26,0	27,1	0,6	72.100
Centro amazonense	AM	50,9	4,3	14,8	30,6	-0,6	66.167
Sul/Sudoeste de Minas	MG	41,0	0,0	26,4	23,3	9,4	66.082
Centro goiana	GO	24,0	6,5	32,1	39,3	-1,9	65.331
Piracicaba	SP	44,8	0,6	23,9	30,9	-0,2	64.601
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	MG	27,0	-0,2	30,9	35,8	6,4	57.921
Vale do Paraíba paulista	SP	23,7	1,0	34,7	40,5	0,2	55.519
Norte catarinense	SC	44,6	0,9	23,4	30,5	0,7	54.541
São José do Rio Preto	SP	24,5	0,3	36,7	22,6	15,8	53.166
Oeste catarinense	SC	37,6	-1,0	26,8	28,3	8,3	52.397
Bauru	SP	35,4	2,6	24,5	23,5	14,0	51.276
Metropolitana de Belém	PA	15,0	11,6	31,8	40,7	0,9	51.141
Oeste paranaense	PR	31,8	4,2	29,7	28,1	6,2	45.487
Nordeste rio-grandense	RS	46,6	1,6	21,1	27,2	3,5	45.456
Zona da Mata	MG	29,7	2,6	32,9	32,7	2,0	44.857
Grande Florianópolis	SC	14,2	2,7	34,2	47,8	1,1	44.621
As 30 mesorregiões		23,0	4,2	27,5	43,9	1,4	3.465.046
Brasil		19,6	16,4	30,1	33,8	0,2	4.647.675

Fonte: Caged.

Geração de empregos obtida pelo saldo entre admissões e desligamentos

A região metropolitana do Rio de Janeiro também apresentou grande importância, aparecendo em segundo lugar entre as mesorregiões que mais geraram emprego, seguida pela metropolitana de Belo Horizonte, Campinas e metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre. Nelas foram gerados, respectivamente, 315 mil, 268 mil, 163 mil, 131 mil e 121 mil empregos. O setor de serviços foi o de maior importância para todas as cinco mesorregiões, com destaque no Rio de Janeiro (56,3%), Belo Horizonte (45,7%) e em Porto Alegre (46,7%). A indústria (exceto construção civil) teve grande importância em Campinas (32,8%) e em Curitiba (30%), entretanto, gerou somente 10% do total dos empregos na metropolitana do Rio de Janeiro. A capital mineira teve no setor 18,6% de seus novos empregos e a rio-grandense, 15,8%. A construção civil representa 12% do emprego gerado em Belo Horizonte e apenas 1% tanto em Campinas quanto em Curitiba, tendo mantido sua participação próxima da média nacional no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. O setor do comércio manteve-se em torno de 30%, sendo diferenciado apenas em Campinas, onde a participação foi de 21,4%. Já a agricultura não teve importância no emprego nas cinco regiões, sendo sua maior participação em Campinas (1,7%) e menor no Rio de Janeiro (0,3%). As cinco mesorregiões responderam por 21,5% dos empregos gerados no país.

O Estado de São Paulo destaca-se na lista das principais mesorregiões geradoras de emprego. Além das duas mesorregiões já citadas, há mais outras seis – macrometropolitana de São Paulo (108 mil); Ribeirão Preto (80 mil); Piracicaba (65 mil); Vale do Paraíba paulista (56 mil); São José do Rio Preto (53 mil) e Bauru (51 mil). Todas elas tiveram na indústria (exceto construção) grande participação nos empregos gerados, sendo o menor percentual observado na mesorregião do Vale do Paraíba paulista (23,7%) e o maior em Piracicaba (44,8%). Na média, o setor correspondeu a 33% dos empregos criados nessas seis regiões. Verifica-se, portanto, uma importância expressiva da indústria no interior desse Estado.

O Estado de Minas Gerais teve, além da região de sua capital, mais três mesorregiões dentre as

trinta mais dinâmicas do período: Sul/Sudoeste de Minas (66 mil), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (58 mil) e Zona da Mata (45 mil). A primeira teve como motor de seu crescimento a indústria (exceto construção), responsável por 41% no total de empregos gerados. A participação média da indústria nas três mesorregiões mencionadas é de 33,2%, o que demonstra a grande importância do setor para o crescimento do emprego no interior de Minas Gerais, assim como verificado em São Paulo.

A região da capital do Estado do Espírito Santo – Central espírito-santense – gerou 83,5 mil novos empregos. O setor de serviços teve uma participação elevada (41,9%). Foi uma das poucas regiões com destaque para a construção civil, com 10,5 mil novos postos, o que corresponde a 12,5% do total gerado.

A região Sul teve grande importância na criação de novos empregos formais durante o quadriênio. O Estado de Santa Catarina se mostrou muito dinâmico e teve quatro mesorregiões entre as trinta que mais geraram emprego: Vale do Itajaí (72 mil), Norte catarinense (55 mil), Oeste catarinense (52 mil) e Grande Florianópolis (45 mil). Este foi o único Estado, entre os mais dinâmicos, em que a capital não foi a maior geradora de emprego, sendo a Grande Florianópolis a trigésima da lista. O setor industrial se destacou no interior do Estado, gerando 73,7 mil dos 179 mil empregos, o que corresponde a 41% do total. Já Florianópolis gerou 48% de seus novos empregos no setor de serviços.

O Paraná foi o Estado do Sul que mais gerou empregos, mas apenas três de suas dez mesorregiões ficaram entre as trinta mais dinâmicas. Fora sua capital já citada, as outras duas foram o Nortecentral paranaense (72 mil) e o Oeste paranaense (45 mil). Em ambas as regiões a participação da indústria (exceto construção) foi muito próxima de 32%. A indústria também teve uma participação muito elevada no Nordeste rio-grandense. Esta região, localizada no interior do Rio Grande do Sul, gerou 45,5 mil novos empregos, sendo quase a metade – 21,2 mil ou 46,6% – no setor industrial (exceto construção).

Conforme mencionado anteriormente, dentre as trinta mesorregiões que mais geraram empregos formais, apenas sete não estão localizadas no eixo Sul/Sudeste. Todas correspondem a mesorregiões de capitais estaduais. Três delas estão localizadas no Nordeste, duas no Norte e duas no Centro-Oeste.

As três mesorregiões nordestinas que tiveram destaque foram a metropolitana de Salvador (94 mil); metropolitana de Fortaleza (84 mil) e a metropolitana de Recife (74 mil). As duas primeiras tiveram distribuições setoriais muito semelhantes. Em ambas, o setor de serviços foi o maior empregador, com participação de 47,7% e 43,8% respectivamente, seguido pelos setores comercial e industrial (exceto construção), que tiveram participações muito parecidas e próximas de 23%. A construção civil criou 6% dos empregos nas duas regiões metropolitanas e a agricultura teve participação inferior a 0,5%. A metropolitana de Recife teve como destaque o setor de serviços (57,2%), mas destruiu empregos na construção civil (-1,7%) e na agropecuária (-3,2%).

A Centro amazonense (66 mil), mesorregião de Manaus, e a Metropolitana de Belém (51 mil) foram as duas únicas regiões do Norte destacadas. Na primeira, a indústria (exceto construção) empregou 50,9% da força de trabalho empregada, devido, principalmente, à Zona Franca. Os dois centros dinâmicos da região Centro-Oeste foram o Distrito Federal (73 mil) – onde quase 60% dos empregos foram gerados no setor de serviços – e o Centro goiano (65 mil), concentrados em serviços, comércio e indústria (exceto construção).

Os dados das trinta mesorregiões que mais geraram emprego no quadriênio confirmam que a geração de emprego formal está concentrada principalmente nas regiões metropolitanas e nas capitais do país. As quatorze principais geraram 2,38 milhões de empregos, ou 51% de todos os novos postos. O setor de serviços foi o principal empregador nessas regiões de capitais estaduais, sendo responsável por 1,19 milhão de novas vagas, o equivalente a 50%. Todas as capitais das regiões Sul e Sudeste estão entre as mesorregiões que mais geraram empregos. As mesorregiões

do interior do país que figuram na lista estão todas localizadas no eixo Sul/Sudeste. O setor que impulsionou o crescimento do emprego nelas foi a indústria (exceto construção) seguida pelos serviços. Considerando-se apenas as dezesseis mesorregiões do interior, elas criaram pouco mais de 1 milhão de novos empregos, dos quais 380 mil no setor industrial e 330 mil no setor de serviços<sup>11</sup>.

## 5 – DIFERENCIAÇÃO REGIONAL DAS ADMISSÕES AO EMPREGO FORMAL

Nesta seção<sup>12</sup>, serão analisados os dados mesorregionais, tendo em vista detalhar melhor as diferenças encontradas no emprego em todo o território brasileiro. No que se refere à quantidade, a geração de emprego nas 137 mesorregiões é bastante desigual. Se considerarmos apenas aquelas que, durante os quatro anos aqui focalizados, geraram ao menos 10 mil empregos, reduziremos o universo de análise para 75 mesorregiões. Embora possa parecer uma redução muito grande do universo original, ainda estaremos contabilizando 94,6% do total de empregos gerados no período, significando que, ao analisarmos essas 75 mesorregiões, teremos um panorama bastante fiel da qualidade da geração de emprego no país<sup>13</sup>.

Para qualificar os empregos gerados, será construído um índice que ordenará as mesorregiões. O índice será composto por três variáveis: remuneração média auferida pelos trabalhadores

11 Para informações sobre a geração setorial do emprego em todas as mesorregiões, ver Barros (2007).

12 Conforme mencionado anteriormente, esta parte do trabalho utiliza como base metodológica o trabalho de Saboia; Kubrusly e Barros (2006).

13 Conforme sabido, o Caged é um registro administrativo sujeito à qualidade das informações fornecidas pelas empresas. Verificou-se que, em algumas mesorregiões menos desenvolvidas, alguns dados utilizados nesta seção eram questionáveis, podendo distorcer os resultados finais. Para minimizar o problema, optou-se por eliminar da análise as mesorregiões que haviam gerado relativamente poucos empregos, resultando num universo de 75 mesorregiões.

admitidos<sup>14</sup>, sua escolaridade média<sup>15</sup> e o percentual de profissionais técnicos e científicos<sup>16</sup>. É importante observar que, diferentemente da seção anterior, quando os dados quantitativos de emprego gerado foram calculados pela diferença entre o número de admitidos e desligados, nessa seção, serão consideradas apenas as características dos trabalhadores admitidos para medir a qualidade dos novos empregos. A seguir, apresentamos alguns aspectos de cada uma das três variáveis selecionadas. A Tabela 3 resume os principais resultados desta seção.

### 5.1 – Remuneração Média

Considerando as 75 mesorregiões selecionadas, os valores mínimos e máximos observados para a remuneração média são, respectivamente, R\$ 320,17 (ocorrido na região Centro-sul baiana) e R\$ 676,41 (metropolitana de São Paulo). Entre as regiões que apresentaram os dez valores mais baixos de remuneração, sete estão na região Nordeste, duas estão na região Sudeste (Central Mineira e Norte de Minas) e uma na região Sul (Norte pioneiro paranaense). Por outro lado, se examinamos os dez maiores valores de remuneração média, encontramos oito na região Sudeste (mais precisamente, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro), uma na região Sul (metropolitana de Curitiba) e uma no Centro-Oeste (Distrito Federal).

### 5.2 – Escolaridade Média

Os valores da escolaridade média variam entre 4,4 anos de estudo (Mata Pernambucana) e 10 anos de estudo (Centro amazonense). Considerando as mesorregiões que apresentaram os dez menores valores para escolaridade, constata-se que cinco estão no Nordeste, uma no Norte do país (Sudeste

paraense), duas no Sudeste (Central mineira e Sul/Sudoeste de Minas), uma no Sul (Norte pioneiro paranaense) e uma no Centro-Oeste (Sul goiana). Focalizando os maiores valores, observa-se que cinco mesorregiões estão no Sudeste, duas no Sul, uma no Centro-Oeste (Distrito Federal), uma no Nordeste (metropolitana de Salvador) e uma no Norte (Centro amazonense).

### 5.3 – Percentual de Profissionais Técnicos e Científicos

Esta variável apresenta valores entre 2,0%, observado na região da Mata Pernambucana, e 14,4%, observado no Distrito Federal. Os dez valores mais baixos (nenhum ultrapassando 5%) encontram-se distribuídos da seguinte forma: três na região Nordeste, três na região Sudeste, dois na região Centro-Oeste, um no Norte e um no Sul. As dez regiões com maiores percentuais de trabalhadores técnicos e científicos (todas apresentando percentuais maiores que 10%) estão no Sudeste (cinco), no Nordeste (duas), no Norte (uma Norte maranhense), no Sul (uma metropolitana de Curitiba) e no Centro-Oeste (uma Distrito Federal).

Pelo observado para as três variáveis discutidas acima, conclui-se que a esperada separação entre Sul/Sudeste, com valores mais favoráveis, e Norte/Nordeste, com valores menos favoráveis, ocorre nitidamente para a variável remuneração. Nas outras duas variáveis, esse tipo de separação não é tão claro, e algumas surpresas foram encontradas, como a região Centro amazonense, que apresenta o valor máximo do país para escolaridade média de seus trabalhadores (10 anos), e o Norte maranhense, que possui o quarto maior valor para o percentual de profissionais técnicos e científicos (13,1%). Por outro lado, contrariando a expectativa de melhores valores para as regiões do Sul e Sudeste, observa-se a presença de algumas mesorregiões dos Estados de Minas Gerais e Paraná entre as que apresentaram os piores valores das três variáveis selecionadas.

### 5.4 – Índice de Desenvolvimento para o Mercado de Trabalho

Para obtenção do índice de desenvolvimento, conforme já mencionado na seção 3, foi utilizada

14 Todos os rendimentos dos trabalhadores admitidos levantados no período foram deflacionados para o ano de 2003 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

15 Utilizou-se como valores médios para o cálculo do número de anos de estudo nas faixas de escolaridade fornecidas pelo Caged: analfabeto = 0; 4ª série incompleta = 2; 4ª série completa = 4; 8ª série incompleta = 6; 8ª série completa = 8; 2º grau incompleto = 9,5; 2º grau completo = 11; superior incompleto = 13; superior completo = 15,5 anos.

16 Para a definição de profissionais técnicos e científicos, foram considerados os grandes grupos 2 e 3 da nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002.

a técnica de análise de componentes principais. A primeira componente responde por 81,7% da variância total da amostra, justificando plenamente sua utilização para o cálculo dos índices<sup>17</sup>.

Das 75 mesorregiões analisadas, 33 apresentam índices maiores que zero (isto é, maiores que a média). Desta forma, podemos classificá-las como regiões desenvolvidas em relação ao mercado de trabalho nacional. No grupo das regiões desenvolvidas, ainda pode-se fazer uma distinção entre aquelas que ficaram mais que um desvio-padrão acima da média (zero), que correspondem a 11 mesorregiões consideradas desenvolvidas-superiores, e as demais 22 que obtiveram índice entre a média (zero) e o valor unitário, as quais seriam as desenvolvidas-inferiores. Por outro lado, outras 42 mesorregiões obtiveram índices negativos (ou seja, abaixo da média zero), o que classifica os empregos oferecidos por elas no quadriênio como de qualidade inferior. Nesse grupo, distinguem-se as subdesenvolvidas-superiores, representadas por 32 mesorregiões com índice entre zero e menos um e as 10 subdesenvolvidas-inferiores, que obtiveram índices menores que menos um. A Tabela 3 apresenta os dados utilizados e os índices obtidos nas 75 mesorregiões selecionadas.

As cinco melhores colocadas são pela ordem: Metropolitana de São Paulo, Distrito Federal, Metropolitana do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba paulista e macrometropolitana paulista. A região metropolitana de São Paulo pode ser considerada um verdadeiro *outlier*, na medida em que o valor encontrado para o índice (2,901) é bem superior aos demais. Entre as onze mesorregiões desenvolvidas-superiores, encontram-se quatro do Estado de São Paulo (as três já mencionadas, acrescidas de Campinas), o Distrito Federal, duas do Estado do Rio de Janeiro (Norte Fluminense, além da região metropolitana), uma do Estado do Paraná (Metropolitana de Curitiba), uma na Bahia (Metropolitana de Salvador), uma

17 As ponderações utilizadas são 0,350 para remuneração, 0,376 para escolaridade e 0,380 para percentual de profissionais técnicos e científicos. Note que os três pesos são próximos, o que indica que as três variáveis escolhidas têm importâncias semelhantes, ou seja, contribuíram, aproximadamente, igualmente para a variância dos dados.

do Amazonas (Centro amazonense) e uma do Maranhão (Norte maranhense). As onze mesorregiões desenvolvidas-superiores destacam-se das demais, havendo um verdadeiro corte no valor dos índices encontrados para elas relativamente às demais.

Embora possa causar surpresa, a presença de mesorregiões dos Estados do Amazonas e Maranhão entre as melhores do país, a boa posição do Centro amazonense já se anunciava na análise das variáveis que compõem o índice, pois esta região apresentou o melhor valor para 'escolaridade' entre as mesorregiões selecionadas. Além disso, voltando à base de dados original, pode-se constatar que a maior parte (72,4%) das admissões do Centro amazonense ocorreu no setor de serviços e indústria de transformação, cada um deles apresentando valores relativamente altos para remuneração, escolaridade e percentual de trabalhadores técnicos e científicos. Quanto à região Norte maranhense, os trabalhadores admitidos estão principalmente concentrados nos setores de serviços (41,9%) e comércio (24,1%). O setor de serviços nessa região apresenta altos valores para percentual de trabalhadores técnicos e científicos e escolaridade, e o setor do comércio apresenta valores médios para escolaridade.

Entre as vinte e duas regiões classificadas como desenvolvidas-inferiores, quatorze estão no Sul e Sudeste do país, três estão no Centro-Oeste (Centro-sul mato-grossense, Centro goiana e Centro-norte de Mato Grosso do Sul), quatro no Nordeste (metropolitana de Recife, metropolitana de Fortaleza, Leste Sergipana e Leste Potiguar) e uma no Norte (metropolitana de Belém). Conforme a Tabela 3, as variáveis que explicam as posições inesperadas de algumas dessas mesorregiões, tais como, Centro-sul mato-grossense, Centro-norte de Mato Grosso do Sul, Centro Goiana, Leste sergipana são escolaridade e percentual de trabalhadores técnicos e científicos. Olhando-se a base de dados, constata-se que o setor de serviços é preponderante nessas regiões, apresentando valores relativamente altos para as duas variáveis.

Considerando-se as 33 mesorregiões com índices positivos, 21 estão no Sul e Sudeste, enquanto 12 estão no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento para as 75 Mesorregiões Selecionadas – 2003/2006

continua

Mesorregiões	UF	S Renda média (R\$ de 2003)	Escolaridade (anos de estudo)	% de profissionais técnicos e científicos	Índice
Metropolitana de São Paulo	P	676	9,7	14,0	2,901
Distrito Federal	DF	557	9,2	14,4	2,177
Metropolitana do Rio de Janeiro	RJ	545	9,3	13,2	1,975
Vale do Paraíba paulista	SP	564	9,1	11,7	1,76
Macrometropolitana paulista	SP	560	9,1	11,3	1,68
Metropolitana de Curitiba	PR	503	9,3	11,9	1,566
Metropolitana de Salvador	BA	486	9,2	12,3	1,508
Centro amazonense	AM	484	10	10,3	1,503
Norte fluminense	RJ	591	7,9	11,6	1,417
Campinas	SP	556	8,8	10,4	1,408
Norte maranhense	MA	446	8,9	13,1	1,313
Metropolitana de Recife	PE	417	8,9	11,1	0,868
Grande Florianópolis	SC	463	8,9	9,6	0,866
Sul fluminense	RJ	493	8,2	10,2	0,836
Central espírito-santense	ES	450	8,9	9,7	0,817
Metropolitana de Porto Alegre	RS	474	8,7	9,3	0,799
Metropolitana de Belo Horizonte	MG	454	8,7	9,9	0,791
Norte catarinense	SC	473	8,6	9,1	0,724
Vale do Itajaí	SC	452	8,5	9,2	0,597
Metropolitana de Fortaleza	CE	370	8,9	10,6	0,558
Centro-sul mato-grossense	MT	423	8,3	10,1	0,51
Metropolitana de Belém	PA	409	8,8	9,0	0,467
Sul catarinense	SC	428	8,2	9,2	0,362
Piracicaba	SP	487	7,8	8,0	0,317
Oeste paranaense	PR	396	8,4	9,1	0,265
Noroeste rio-grandense	RS	407	8,3	8,8	0,234
Centro goiana	GO	383	8,4	9,2	0,216
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	MS	421	8	8,9	0,204
Norte-central paranaense	PR	398	8,5	8,3	0,191
Centro fluminense	RJ	412	7,6	9,9	0,157
Presidente Prudente	SP	432	8,1	7,9	0,145
Leste sergipana	SE	376	7,7	10,7	0,139
Leste Potiguar	RN	387	8,9	6,8	0,064
Sudoeste paranaense	PR	401	7,8	8,5	-0,034
Campo das Vertentes	MG	349	7,5	10,8	-0,055
Centro-oriental paranaense	PR	446	7,8	6,6	-0,097
São José do Rio Preto	SP	431	7,4	7,9	-0,129
Nordeste rio-grandense	RS	435	7,9	6,3	-0,159
Centro-norte baiana	BA	360	8,1	8,1	-0,182
Vale do Rio Doce	MG	397	7,7	7,7	-0,216
Itapetininga	SP	423	7,4	7,4	-0,248
Agreste paraibana	PB	334	7,5	9,8	-0,282
Baixadas	RJ	416	7,4	7,3	-0,294
Ribeirão Preto	SP	447	7,2	6,7	-0,31
Araraquara	SP	427	7,2	7,0	-0,363
Bauru	SP	426	7,3	6,7	-0,378

Fonte: Caged.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento para as 75 Mesorregiões Seleccionadas – 2003/2006

conclusão

Mesorregiões	UF	Renda média (R\$ de 2003)	Escolaridade (anos de estudo)	% de profissionais técnicos e científicos	Índice
Centro-norte piauiense	PI	336	7,6	8,8	-0,386
Leste rondoniense	RO	353	7,9	7,4	-0,399
Araçatuba	SP	419	7,6	6,0	-0,402
Oeste catarinense	SC	382	7,7	6,7	-0,438
Sul espírito-santense	ES	378	7,3	7,8	-0,448
Sudeste rio-grandense	RS	389	7,3	7,3	-0,468
Zona da Mata	MG	345	7,7	7,6	-0,484
Mata paraibana	PB	341	7,2	8,5	-0,56
Assis	SP	396	7,3	6,2	-0,601
Agreste pernambucana	PE	339	7,6	6,7	-0,688
Nordeste baiana	BA	356	7,1	7,4	-0,696
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	MS	399	6,9	6,4	-0,712
Litoral Norte espírito-santense	ES	416	7	5,4	-0,737
Centro-oriental rio-grandense	RS	383	7,6	4,9	-0,747
Norte de Minas	MG	336	7,3	7,2	-0,747
Norte mato-grossense	MT	410	7	5,0	-0,831
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	MG	364	7,1	5,9	-0,881
Noroeste paranaense	PR	355	7,3	5,2	-0,957
Oeste de Minas	MG	346	7,3	5,4	-0,97
Sul goiana	GO	362	6,9	4,9	-1,12
Sul/Sudoeste de Minas	MG	345	6,8	5,6	-1,135
Oeste potiguar	RN	338	6,7	5,8	-1,182
Sul Baiana	BA	353	6,6	5,4	-1,206
Centro-sul baiana	BA	320	6,8	5,8	-1,23
Norte pioneiro paranaense	PR	334	6,9	4,7	-1,289
Central mineira	MG	330	6,8	5,0	-1,304
Sudeste paraense	PA	387	5,8	3,9	-1,574
Leste alagoana	AL	340	5,4	5,2	-1,766
Mata pernambucana	PE	341	4,4	2,0	-2,632

Fonte: Caged.

Observando-se que, das 75 mesorregiões escolhidas, 47 são do Sul ou Sudeste e 28 estão no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conclui-se que 45% das mesorregiões localizadas no Sul e Sudeste obtiveram índices positivos, enquanto para as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, este percentual foi de 43%, representando uma diferença bem menor do que se poderia esperar *a priori*. De qualquer forma, a importância de tal resultado deve ser minimizada, tendo em vista que apenas 13 das 62 mesorregiões eliminadas da análise estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

Considerando as 42 regiões que apresentam valores negativos para o índice, pode-se notar

que algumas regiões como Ribeirão Preto, Bauru, Araraquara, entre outras, apresentam valores para o índice abaixo do esperado. Mas analisando-se a Tabela 3, observa-se que os valores apresentados para escolaridade e percentual de trabalhadores técnicos e científicos para essas regiões estão abaixo da média, quando consideradas as 75 mesorregiões seleccionadas. Pode-se observar também que apenas três mesorregiões de capitais estaduais tiveram seu desempenho inferior à média (Centro-norte piauiense, Mata paraibana e Leste alagoana). As demais são regiões interioranas.

Os resultados encontrados para o índice confirmam aqueles obtidos na primeira parte do trabalho



quando analisado o saldo entre admissões e desligamentos – as mesorregiões das capitais estaduais se sobressaíram em relação àquelas interioranas e as mesorregiões das regiões Sul e Sudeste tiveram destaque na análise. Ao se compararem os valores encontrados para o índice com o saldo da geração de emprego formal das 75 mesorregiões (tomando-se o logaritmo desta última), encontra-se um coeficiente de correlação igual a 0,66. Ou seja, há uma correlação positiva e moderadamente alta entre a geração de emprego formal e a qualidade do mercado de trabalho local.

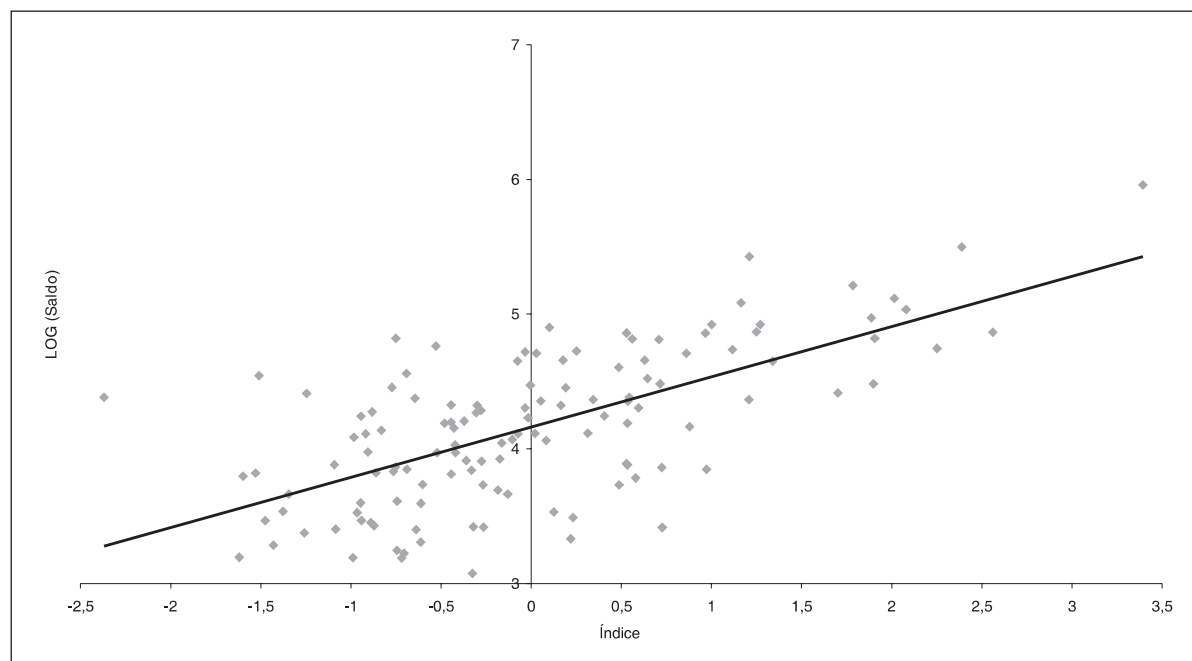
O Gráfico 2 apresenta o diagrama de dispersão das mesorregiões. Observa-se uma estreita ligação entre a criação de emprego e a sua qualidade. A reta de tendência esboçada no gráfico mostra que, na média, as mesorregiões que tiveram elevado saldo de geração de emprego também apresentam elevado valor para o índice. Isso é explicado pelo fato de as grandes concentrações urbanas conterem maior proporção de profissionais com maior qualificação e melhor infra-estrutura para a indústria, o que acaba por atrair serviços mais especializados, assim como um comércio mais desenvolvido. Desta forma, durante o período analisado, quanto maior o

tamanho do mercado de trabalho local, melhor foi a qualidade do emprego gerado.

## 6 – CONCLUSÃO

O emprego formal no Brasil, ou seja, o emprego que segue a legislação e oferece ao trabalhador uma série de benefícios legais, teve um comportamento extremamente favorável no triênio 2004/2006. Nos quatro anos, a partir de 2003, houve criação líquida de cerca de 4,65 milhões de postos de trabalhos com carteira de trabalho assinada (uma média anual de 1,16 milhão), o que representa quase o dobro da média obtida no triênio 2000/2002 (cerca de 600 mil).

No quadriênio analisado, os novos empregos foram gerados, em sua maioria, nas grandes regiões metropolitanas e capitais estaduais do país. Apenas quatorze mesorregiões correspondentes a capitais foram responsáveis por 51% do total gerado no país, ou o equivalente a 2,38 milhões de empregos. As duas regiões metropolitanas mais importantes – São Paulo e Rio de Janeiro – geraram juntas 1,22 milhão de empregos, ou cerca de 27% dos novos postos formais de trabalho no Brasil.



**Gráfico 2 – Associação entre o Índice e o Saldo da Geração de Empregos Formais – 2003/2006**

Fonte: CAGED

Os novos empregos estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Ao serem destacadas as 30 mesorregiões que mais geraram empregos, 23 estão localizadas nessas duas regiões. O Estado onde houve maior concentração foi São Paulo, que comporta oito dessas 30 mesorregiões mais dinâmicas, seguido pelos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina, ambos com quatro regiões figurando na lista. As demais sete mesorregiões fora do eixo Sul/Sudeste, dentre as trinta mais dinâmicas, são mesorregiões de capitais estaduais, sendo que quatro estão no Nordeste, duas no Centro-Oeste e uma na região Norte.

Dos 2,38 milhões de vagas abertas nas quatorze capitais destacadas, 1,19 milhão, i.e., 50%, foram gerados no setor de serviços. Já as dezesseis mesorregiões interioranas dentre as trinta mais dinâmicas criaram pouco mais de 1 milhão de empregos, dos quais 380 mil, ou 38%, na indústria (exceto construção). O setor industrial foi o maior gerador de empregos nessas regiões, tendo sido seguido pelos serviços, que geraram 330 mil. Todas essas dezesseis mesorregiões estão localizadas no eixo Sul/Sudeste.

Esses dados demonstram que a maior parte do emprego com carteira de trabalho assinada está sendo gerado nas mesorregiões das capitais, estando concentrada no setor de serviços. A indústria está se deslocando para fora dos aglomerados urbanos em direção às cidades no interior. A descentralização na indústria confirma a tendência que já vinha sendo verificada desde a década de noventa, de fuga das grandes capitais. Essa desconcentração, porém, está acontecendo, principalmente, no interior dos estados mais desenvolvidos, ou seja, no eixo Sul/Sudeste.

A análise do índice de desenvolvimento do mercado de trabalho proposto neste artigo mostrou que os melhores empregos do país estão localizados nas mesorregiões das capitais estaduais. Apenas três das 42 mesorregiões com desempenho abaixo da média correspondiam a capitais estaduais. Os resultados do índice confirmaram que, assim como acontece com a geração de novos postos de trabalho, a qualidade do emprego é maior nas

mesorregiões de capitais e no interior das regiões Sul e Sudeste.

Finalmente, ao se compararem os valores encontrados para o índice proposto neste artigo com o saldo de geração de emprego no quadriênio, encontra-se um coeficiente de correlação positivo e moderadamente alto. Isso confirma que os empregos com maior escolaridade, maior percentual de trabalhadores técnicos e científicos e que pagam as maiores remunerações estão localizados, principalmente, nas áreas que também abrem maior quantidade de novos postos de trabalho.

## Abstract

---

The main purpose of this paper is to present an analysis of formal employment generated in Brazil from 2003 to 2006. It develops a discussion about the labor market performance during the 90's, when strong changes in Brazilian economy occurred. Then the generation of new jobs is analyzed in the 27 states as well as in 137 Brazilian sub-regions. It is proposed an index which ranks regions according to the quality of employment locally generated. Our results show that most registered employment occurs in the neighborhood of main state capitals, especially in the case of trade and services. Industry on the contrary is moving toward the interior of the country, confirming results already verified since the 90s. Industry movements however are directed to the more developed states, mainly in the south and southeast regions. It is also possible to verify a positive correlation between employment quantity and employment quality, which means that regions with larger labor markets usually generate employments of better quality.

## Keywords:

---

Formal Employment. Regional Employment. Employment Quality.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. F.; TONETO JÚNIOR, R. Relocalização do emprego industrial formal no Brasil na década

de 90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 1, p. 153-186, abr. 2001.

BARROS, R. C. V. **Diferenciação regional e organização espacial da geração de empregos formais no Brasil: 2003-2006**. 2007. 57 f. Monografia (Curso de Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO JUNIOR, J. A. **De volta para o futuro?: as fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal**. Brasília, DF: IPEA, 2007. Mimeografado.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 1992.

KUBRUSLY, L. S. Um procedimento para calcular índices a partir de uma base de dados multivariados. **Revista de Pesquisa Operacional**, v. 21, n. 1, p. 107-117, jun. 2001.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 19, p. 51-56, jun. 2002.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro: 1992-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, 1027).

\_\_\_\_\_. **Padrão espacial da evolução do emprego formal: 1995-2003**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, 1102).

SABOIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Nova Economia**, v. 11, n. 2, p. 85-121, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Geração de emprego industrial nas capitais e interior do Brasil**. Brasília, DF: Senai, 2005.

SABOIA, J.; KUBRUSLY, L.; BARROS, A. C. **Diferenciação regional da indústria brasileira, agrupamento e ordenação a partir de um novo índice**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Mimeografado.

TAFNER, P. **Brasil: o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

---

Recebido para publicação em 19.11.2007.